

Zélia admite pagamento este ano

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, admitiu ontem que o Governo está estudando a possibilidade de pagar, ainda este ano, parte dos juros atrasados devidos aos bancos credores privados. Ela disse que a contraproposta a ser apresentada ao comitê assessor dos bancos só será concluída na quinta-feira, quando o presidente Fernando Collor retornar da viagem ao Japão. Com isto, também fica adiado para a próxima semana um novo encontro do embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster, com os integrantes do comitê assessor, em Nova Iorque.

“A questão não é simplesmente quanto o País pode pagar, mas contextualizar essa nova rodada de negociação numa solução definitiva para a dívida externa”, disse a ministra. “Existem dois

fatores condicionantes para a definição de uma contraproposta: capacidade de pagamento do País e negociação global (os atrasados não podem ter uma solução em separado). Atendidos esses dois parâmetros, o pagamento ainda este ano não está afastado”.

Zélia lembrou que a capacidade de pagamento do País poderá ser ampliada em caso de assinatura de um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — o que garantiria a concessão de um empréstimo **stand-by** no valor de aproximadamente dois bilhões de dólares. “Se houver acordo com o FMI”, disse, “o aporte de recursos será incluído na nossa capacidade de pagamento”.

A ministra Zélia Cardoso de Mello, em rápida entrevista, informou que os recursos que estão

sendo negociados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não têm, em princípio, por objetivo, o pagamento dos juros em atraso com os bancos credores. Mas explicou que o acordo representará reforços para a capacidade de pagamentos externos do País. A concretização do acordo dará tranquilidade para o País pagar os credores com saques de suas reservas. Estes saques seriam compensados mais tarde com a entrada de recursos provenientes do Fundo ou de outras agências multilaterais de crédito.

A ministra disse ainda que as metas estabelecidas entre o Brasil e o FMI na Carta de Intenções serão revistas. A revisão possibilitará ao Governo trabalhar com os números do orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional.